

CONSAD E CONSEPLAN REALIZAM, PELA QUARTA VEZ, FÓRUM EM CONJUNTO

Secretários de Estado da Administração/Gestão e do Planejamento reúnem-se em Canela para participar do 92º Fórum Consad e do 56º Fórum Conseplan



Secretários da Administração/Gestão e do Planejamento participam do Fórum Consad/Conseplan

Vinte representantes de capitais brasileiras estiveram, nos dias 21 e 22 de novembro, no Hotel Laje de Pedra, em Canela (RS), para participar do 92º Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração e do 56º Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento. Realizado pela quarta vez, em coordenação conjunta entre o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), o evento discutiu ações que visam promover melhorias e inovações na gestão pública nacional.

Na ocasião, o secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, Alessandro Barcellos, representou o governador Tarso Genro. Também foram registradas as presenças dos secretários da Administração/Gestão e do Planejamento do Acre, de Alagoas, do Amazonas, da Bahia, do Ceará, do Distrito Federal, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Pará, da Paraíba, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina e do Tocantins.

Na cerimônia de abertura, o presidente do Consad, Eduardo Diogo, res-

saltou que as palestras e os debates que nortearam a programação traduzem o momento de reflexão e amadurecimento que vive o Brasil. "O que nos traz aqui é a marca da cooperação, da integração dos conselhos e dos estados. Independentemente de partido político, a questão da gestão pública deve focar na qualidade que o cidadão almeja", reiterou.

Para o presidente do Conseplan, Gustavo Nogueira, o encontro em conjunto é uma grande oportunidade para que os conselheiros das duas instituições formulem estratégias para sustentar a economia brasileira de forma planejada. "Apenas com recursos e sem planejamento, os >>

PÁG. 3

**ECONOMISTA FALA
SOBRE A ESTAGNAÇÃO
DA INDÚSTRIA**

PÁG. 5

**NOVO FUNDO DE PENSÃO
SERÁ O MAIOR DA
AMÉRICA LATINA**

PÁG. 8

**AUSTRÁLIA RECEBE
VISITA DE CONSELHEIROS
DO CONSAD**

EDITORIAL

A SERVIÇO DO CIDADÃO



Presidente do Consad, Eduardo Diogo

O espírito de cooperação marcou mais uma reunião conjunta entre o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), em Canela (RS), no quarto encontro conjunto.

O evento foi primordial para que os conselheiros das duas instituições formassem estratégias integradas, com vista a fortalecer a economia brasileira. Sem planejamento, o emprego dos recursos públicos para a melhoria dos serviços de atendimento ao cidadão se torna pouco eficiente e não contribui para a modernização da gestão pública.

Durante dois dias, os secretários discutiram propostas e conheceram projetos bem-sucedidos na área da gestão pública. O consultor Raul Velloso analisou as razões e os efeitos da baixa competitividade da indústria sobre a economia. A nova Lei da Previdência Social também foi tema de palestra proferida pelo secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Jaime Mariz.

Os assuntos em debate deste ano foram bem qualificados. A expectativa do Consad é de que os projetos que visam a melhoria dos serviços do Estado sirvam de exemplo para gestores do País. E que em 2014 a temática da gestão pública faça parte da agenda de discussão de todas as instituições.

Desejo a todos um feliz 2014!



Gustavo Nogueira e Eduardo Diogo, presidentes do Conseplan e do Consad: quarto fórum em conjunto

gastos públicos podem ser ineficientes ou desperdiçados”, analisou.

TEORIA NA PRÁTICA

Também anfitrião do fórum, o secretário Alessandro Barcellos declarou que as reuniões do Consad têm surtido grande efeito no Rio Grande do Sul. As mobilizações de junho, discutidas no Fórum de Belém, por exemplo, resultaram na lei, já sancionada pelo governador Tarso Genro, do passe livre estudantil nas regiões metropolitanas do Estado. “Essa troca de experiências é fundamental para fazer com que os nossos estados e, consequentemente, o País continuem crescendo da forma como está”, justificou.

O secretário Alessandro chamou a atenção para o desafio que isso representa para o Estado do Rio Grande do Sul, que, nos últimos três anos, se propôs a trabalhar seis grandes eixos: alcançar o mesmo ritmo de crescimen-

to do Brasil; recuperar as políticas públicas; buscar financiamentos para investimentos; promover o diálogo com o povo e a sua participação; induzir o desenvolvimento econômico com inclusão social; e difundir o conhecimento, a cultura e a produção gaúcha no País e no mundo. “Essas diretrizes orientaram a retomada do desenvolvimento, com uma estrutura reorganizada para o monitoramento, o alinhamento e o cumprimento de metas, além de programas estratégicos, em reuniões semanais, com a presença do governador e dos secretários”, completou.

O coordenador da Secretaria do Estado do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Rio Grande do Sul, Roberto Vieira, deu a sua contribuição ao fórum, ressaltando que “o evento é de suma importância para produzir ideias que contribuam para melhorar ainda mais a qualidade dos serviços que são prestados pelos estados”.

AGENDA DE 2014

O 93º Fórum Consad já tem data e local de realização definidos: no dia 25 de março de 2014, das 8h às 12h, em Brasília, onde também acontece, no período de 25 a 27 do mesmo mês, o VII Congresso Consad de Gestão Pública – Por uma Gestão Sustentável, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Durante o evento, será entregue o Mérito Consad, dedicado aos ministros Luiz Carlos Bresser Pereira e Paulo Bernardo. Entre os dias 23 a 25 de abril de 2014 será a vez de Maceió, Alagoas, receber o 94º Fórum Consad.



Alessandro Barcellos representou o governador Tarso Genro

ECONOMISTA ALERTA PARA CONSEQUÊNCIAS DA ESTAGNAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Consultor Raul Velloso listou as razões e os efeitos da baixa competitividade da indústria brasileira, o que pode levar a uma crise em 2014

O modelo de crescimento adotado pelo Brasil, baseado no incentivo ao consumo e na exportação de *commodities*, é, na opinião do consultor econômico Raul Velloso, a principal causa da perda de competitividade da indústria e do baixo crescimento do PIB brasileiro. “O governo atual acredita e defende a indústria. O fato de o setor estar estagnado incomoda”, explicou o especialista.

Em sua palestra, ele ressaltou que os fortes incentivos ao consumo levam à apreciação cambial, o que implica baixo investimento e, conseqüentemente, queda da competitividade e fraco desempenho do PIB em longo prazo. Essa estratégia, segundo Velloso, obtém resultados favoráveis apenas em curto prazo. Foi o que aconteceu no período de 2004 a 2008, quando a taxa média de crescimento foi de 4,8%.

Para entender essa relação entre aumento de consumo, câmbio sobrevalorizado, falta de competitividade na indústria e baixo crescimento do PIB, o economista salientou que é necessário visualizar um modelo com três setores: *commodities* (minérios e agricultura), indústria de transformação e serviços. Nesse contexto, continuou, “o setor de *commodities*, como a indústria, produz e, portanto, sofre concorrência externa”. Já a área de serviços, por não sofrer concorrência com o comércio exterior, acaba atraindo trabalhadores da indústria, que migram para esse setor, porque tende a remunerar melhor os seus colaboradores. Com efeito, nos últimos anos, o custo unitário do trabalho (salário real dividido pela produtividade) subiu demais, elevando os custos e fragilizando o setor industrial. “Este, para



Raul Velloso analisou os desafios econômicos e políticos do Brasil

mim, é o grande problema da estagnação da indústria”, acrescentou Velloso, que visualiza um crescimento menor da economia brasileira até que o problema seja sanado.

O economista disse que o governo tem tentado fortalecer o setor produtivo de várias formas, por meio da desoneração tributária e da depreciação da moeda nacional. Entretanto, toda ação tem custos: “sem dúvidas, a falta de comunicação das ações governamentais para rever o quadro traz ainda mais fragilidade à economia”, acrescentou.

PAÍSES MAIS VULNERÁVEIS

Raul Velloso citou, como exemplo dos riscos a que estão expostos o País, um estudo de autoria de Morgan Stanley, que aponta os cinco países atualmente mais vulneráveis aos efeitos de uma crise econômica internacional. O Brasil vem em primeiro lugar, seguido por Índia, Indo-

nésia, África do Sul e Turquia. A perda de confiança no mercado brasileiro está, conforme ele, atrelada à dívida bruta do setor público, que corresponde hoje a 68% do PIB. “No fundo, a discussão tem a ver com a capacidade do País em pagar essa dívida ou não”, revelou.

O especialista também comentou a tese do economista Delfim Netto sobre o risco da “tempestade perfeita”, segundo a qual, se o governo insistir em não dar atenção às avaliações das agências de *rating* e às advertências de organismos internacionais sobre o aumento da dívida, o Brasil correrá sérios riscos já no primeiro semestre de 2014. “A ‘tempestade perfeita’ seria gerada por uma conspiração de eventos simultâneos, como a redução do nosso *rating* (perda de investimentos) e o fim dos estímulos monetários nos Estados Unidos”.

O País já apresenta indícios de fragilidade interna, como o endividamento das famílias e o compromisso da renda familiar com essa dívida, o déficit externo (considerado o mais alto dos últimos tempos) e ameaças ao controle da inflação e ao equilíbrio fiscal – este último, frisou Velloso, aconteceu em virtude da recente aprovação, pelo Congresso Nacional, de projeto que muda as regras do superávit primário. O texto desobriga a União de cumprir as metas fiscais não atingidas pelos estados e municípios neste ano. “Talvez, o governo esteja dizendo: faço a minha parte, e que os estados e os municípios façam a deles”, sugeriu o economista, demonstrando preocupação com o investidor, que vai enxergar apenas os efeitos da crise nacional, sem questionar quem foi culpado pela dívida. ■

POR UMA GESTÃO PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

Especialista em governo mostra que noção de política baseada em evidências está cada vez mais presente na administração pública

A elaboração de políticas não é um exercício racional. É, antes, um processo deliberativo, extremamente complexo e político, que envolve a análise de muitas informações. Essa é a conclusão de Ian Sanderson, professor da Leeds Metropolitan University, no Reino Unido, que, em sua palestra, abordou a questão das ações governamentais baseadas em evidências.

O especialista em governo comentou que a evidência científica é um insumo importante para o processo

de tomada de decisões. “Melhorar a disponibilidade e o uso de tais provas é um elemento fundamental para formular uma melhor política”, avaliou Sanderson. Ele citou exemplos bem-sucedidos de governos do Canadá, da Inglaterra, da Escócia e da Austrália, que adotaram a tomada de decisões baseada em pesquisas e indicadores de desempenho. E acrescentou: “Nesses países, é clara a participação de universidades nos processos de criação de políticas públicas”.



Ian Sanderson avaliou a importância de ações de governo baseada em evidências

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Presidente do Dieese acredita que bem-estar, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e democracia são fatores primordiais para o crescimento do País

Os temas “perspectivas para o desenvolvimento brasileiro e desafios para a superação das desigualdades” foram tratados pelo presidente nacional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio. Na presença de secretários de Estado da Administração/Gestão de todo o Brasil, ele argumentou que o desenvolvimento econômico se sustenta sobre quatro pilares: bem-estar, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e democracia.

Segundo Clemente Ganz, a experiência brasileira, assim como a internacional, revela que o crescimento econômico não gera, automaticamente, o desenvolvimento ambiental – também entendido como qualidade de vida, bem-estar social e sustentabilidade. “É uma construção política de larga envergadura, que tem como desafio central colocar a questão da igualdade como critério orientador”, explicou.



Clemente Ganz Lúcio traçou as perspectivas para o desenvolvimento brasileiro

O presidente do Dieese destacou, ainda, a importância do desenvolvimento industrial e a necessidade de compreender o processo de interação e dependência existente entre indústria, serviços e agricultura. “Temos de enxergar que a indústria contém o serviço, e que a agricultura se fortalece com desenvolvimento industrial. Assim, acreditamos que a qualidade do desenvolvimento econômico passa por uma estratégia de desenvolvimento industrial”, frisou.

ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Em sua linha de discurso, Clemente Ganz também defendeu a existência de um espaço público, como o Consad, que propicie contínuos debates para a construção de interesses amplos do País. “Existe um déficit de capacidade de negociação política. Observamos, no ambiente de discussão pública, um embate que não se transforma em negociação de escolhas”, confirmou.

Para ele, a cooperação no espaço da negociação de mercado é a saída para determinar estratégias mais sólidas de desenvolvimento econômico. “Um Estado precisa fazer escolhas, e escolhas apresentam riscos. Por isso, é necessário que exista essa cooperação entre sujeitos econômicos e políticos, que têm projetos diferentes. Basta que estes tenham entendimento, e não que eles concordem, necessariamente, com o que pensam”, ensinou.

O FUTURO DO MAIOR FUNDO DE PENSÃO DA AMÉRICA LATINA

Aprovada desde 2012, a nova lei da Previdência Social já está em vigor em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo e encontra-se em fase de implantação em Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia e Alagoas

A reforma da Previdência Social, que entrou em vigor por meio da Lei nº 12.618/2012, com a criação da Fundação da Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), foi abordada pelo secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Jaime Mariz.

Segundo o secretário, o propósito maior da lei é transferir a aposentadoria do servidor público para um sistema de capitalização de fundos de pensão, a fim de congelar o déficit de R\$ 1,7 trilhão (ou 39% do PIB brasileiro), que, se estima, em 35 anos será zerado. Pelo montante do seu patrimônio, será o maior fundo de pensão da América Latina. “A tendência é que esse novo modelo garanta um futuro previdenciário menos preocupante e, ao mesmo tempo, atue como um grande investidor na infraestrutura do País”, salientou.

O fundo foi inspirado em experiências bem-sucedidas em alguns países da Europa, além dos Estados Unidos, do Canadá, do Chile, do Japão e da Coreia do Sul. Mariz informou, ainda, que o Ministério da Previdência está empenhado em convencer todos os estados e municípios brasileiros, além do governo do Distrito Federal, a eleger o novo plano: “Há dois anos, estamos levando essa discussão pelo Brasil afora”.

Os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro criaram o fundo, que já está arrecadando dinheiro. Espírito Santo e Ceará estão em fase de montagem, sendo os mais adiantados na preparação do trâmite legal que viabilizará a participação no Prevfederação, uma espécie de “incubadora” de fundos de pensão, financiada pela Caixa Econômica Federal, para que as regiões brasileiras se fortaleçam e adquiram autonomia para funcionar sem a



Jaime Mariz falou sobre a nova lei da Previdência Complementar

necessidade de apoio. Em Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia e Alagoas, a matéria espera aprovação na Assembleia Legislativa. “Nas demais localidades, temos notícias de que o assunto está em fase de estudos e avaliações internas”, acrescentou o secretário.

IGUAIS PERANTE A LEI

Para os atuais servidores públicos, nada muda, pois o novo sistema é por adesão. “A União não está incentivando ninguém a mudar; é algo voluntário”, explicou Mariz. Porém, os futuros servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário estão sujeitos, a partir deste ano, a um limitador de aposentadoria, garantido pelo Tesouro Nacional, que se equipara ao teto do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), hoje fixado em R\$ 4.159,00. “Isso equaliza o valor entre os proventos da iniciativa privada e os do serviço público, obedecendo, desse modo, aos princípios constitucionais de que todos são iguais perante a lei”, ressaltou. As novas regras não se estendem, porém, aos servidores estaduais, municipais e distritais.

Assim, quem ganha até o teto não vê diferença. Mas os que recebem acima dele terão de contribuir para a

Funpresp, pagando um plano de previdência à parte. “Agora, a União paga 22% do salário do servidor que ultrapassa o teto. Futuramente, esse complemento será de, no máximo, 8,5%. Em compensação, passa essa porcentagem para o futuro, ou seja, para que seja utilizada daqui a 35 anos. Então, esse dinheiro vai ser aplicado e reaplicado, e poderá se tornar muito maior do que os antigos 22%”, comparou o secretário.

PÚBLICO DE CARÁTER PRIVADO

A gestão do Funpresp é privada e comandada por um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal e uma Diretoria-Executiva. Os conselhos são formados por seis membros cada um: três deles são indicados pela presidente da República, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e por um ato conjunto dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e os outros três são eleitos pelos participantes. “É um conselho paritário entre membros indicados e eleitos. Entretanto, todos os participantes têm de ter dinheiro aplicado nesse fundo. Isso quer dizer que eles serão os maiores interessados na melhor gestão possível”, revelou Jaime Mariz.

Há dois fundos de pensão: um é destinado ao Legislativo e ao Executivo, e o outro, ao Judiciário. Porém, cada município ou estado pode decidir conforme seus interesses. Para iniciar as suas atividades, a União fará um aporte financeiro no valor de R\$ 50 milhões para o Executivo e de R\$ 30 milhões para o Legislativo e o Judiciário (para cada um desses dois poderes). Caberá à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão vinculado ao Ministério da Previdência, analisar o grau de risco dos investimentos. ■

VALORIZAÇÃO DAS PEQUENAS EMPRESAS

Parceria entre Consad e Sebrae traça um mapa das compras governamentais, com maior participação das micro e pequenas empresas

Bruno Quick, gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, mostrou os resultados parciais do Convênio Sebrae/Consad, que visa a adesão dos estados e municípios que ainda não seguem a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O foco é possibilitar uma maior participação destas empresas nas compras governamentais no valor de até R\$ 80 mil.

A parceria com o Consad traça ações de capacitações de gestores públicos das centrais de compras dos estados, com o aporte nacional de R\$ 36 milhões. Também promove o intercâmbio de experiências entre as secretarias da Administração – com o apoio do Sebrae, do Ministério do Planejamento e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Bruno afirmou que o projeto ainda faz um mapeamento das compras go-



Bruno Quick apresentou os resultados do Convênio Sebrae/Consad

vernamentais no Ceará, em Minas Gerais, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e no Pará. “Precisamos de alianças para que o programa de compras não vire burocracia, já que é uma ferramenta importante de desenvolvimento econômico. Queremos chegar aos 27 estados da Federação”, planejou.

RESULTADOS SATISFATÓRIOS

O gerente apresentou os avanços indicados em alguns estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o programa começou em setembro de 2011 e já representa R\$ 25,8 milhões em economia gerada para o governo. “Temos tido experiências importantes, especialmente com o projeto Fornecer. Realizamos pregão em mais de 170 municípios e a ideia é ampliar os negócios, abrangendo novas áreas do Estado”, salientou Alesandro Barcellos, secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul.

Em Minas Gerais, 45,1% dos certames foram vencidos pelas MPE, sendo que 57,3% delas são mineiras. “Para que os indicadores tragam, de fato, resultados, é importante que todos os estados participem”, refletiu Renata Vilhena, secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. ■■

APROXIMAÇÃO ENTRE GOVERNO E CIDADÃOS

Rio Grande do Sul incorpora novas ferramentas de participação, oferecendo oportunidade ao cidadão de influenciar a gestão pública

O secretário-executivo do Comitê de Diálogo Permanente (Codi-pe), Heitor Lermen, comentou que o órgão foi instituído pela Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Sarh) em 2011. Antes, as demandas levadas por servidores e órgãos sindicais ao governo tinham de passar por várias esferas. Agora, são submetidas à apreciação técnica da Sarh, ao estudo financeiro pela Secretaria de Fazenda e ao olhar político da Casa Civil.

Sindicatos e mais de 100 associações de servidores foram convidados a aderir ao sistema. “O objetivo é promover a participação, ouvindo os servidores dos 51 quadros do Estado sobre as suas vidas funcionais”, explicou.

Conforme Lermen, a forma de trabalho vai permitir a reformulação de 80% dos planos de carreira até 2014, antes do período eleitoral. A vantagem é que os projetos saem do Codi-pe com o acordo já selado entre sindicatos e governo. “Nenhuma lei é encaminhada para definição na Assembleia Legislativa se, antes, não tiver sido firmado um acordo. Graças a isso, os projetos de lei quase sempre são aprovados por unanimidade pelo Parlamento”, exemplifica.

Dos planos encaminhados, nenhum recebeu reajuste menor do que a inflação do período, e os menores salários receberam aumento significativo. Os projetos ainda contemplam gratificação por capacitação permanente.

CONSULTA POPULAR

O diretor do Departamento de Participação Cidadã da Seplog-RS, Davi Luiz Schmidt, lembrou que o governo gaúcho dispõe de recursos técnicos avançados, como o gabinete digital, que traz a oportunidade ao cidadão de influenciar a gestão pública e exercer maior controle social sobre o Estado.

O Sistema de Participação Cidadã perpassa quatro eixos: decisões orçamentárias, controle social, diálogos sociais e participação digital. “O programa atua como instrumento que viabiliza a participação da população, como o ciclo orçamentário anual, o gabinete digital e os conselhos setoriais”. ■■

PESQUISA TRAÇA DIAGNÓSTICO SOBRE SAÚDE DO SERVIDOR

Indicadores recomendados pela Comissão Internacional de Saúde Ocupacional revelam os principais motivos que afastam o servidor do local de trabalho, o que gera um déficit de R\$ 500 mil aos cofres públicos

Os resultados da Pesquisa Nacional sobre Saúde do Servidor foram apresentados pela sub-secretária de Saúde, Segurança e Previdência dos Servidores do Distrito Federal, Luciane Kozicz. O estudo, realizado entre 2011 e 2012, pelo Grupo de Trabalho – Gestão do Absenteísmo-Doença entre Servidores Estaduais, ligado ao governo do Distrito Federal, traçou um diagnóstico com dados que exibem os motivos dos afastamentos no serviço público.

A amostra analisou três indicadores recomendados pela Comissão Internacional de Saúde Ocupacional (IcoH): índice de frequência de licenças, índice de duração e índice de frequência dos trabalhadores, que atuam nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No DF, por exemplo, 96% das faltas aconteceram na Secretaria de Justiça, Direito Humanos e Cidadania, enquanto, no Espírito Santo, 77% são na Junta Comercial. Já em Santa Catarina, 25% são na Secretaria de Saúde e, no Rio Grande do Sul, 90%

na Secretaria de Ciência. Esses altos índices de absenteísmo, segundo ela, geram um custo de quase R\$ 500 mil aos cofres públicos.

Os dados funcionam como um mapa, no sentido de orientar a elaboração de práticas mais adequadas ao contexto organizacional: “quando não há a possibilidade de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos servidores, quando as margens de liberdade na transformação, na gestão e no aperfeiçoamento da organização do trabalho já foram esgotadas – tais como planejamentos interrompidos, falta de condições materiais e líderes despreparados, temos o sofrimento patogênico – revelado em ausências ao trabalho”, explicou a sub-secretária.

Kozicz destacou a importância do Consad como um espaço privilegiado para a construção de parcerias e de resolução de problemas comuns aos estados. Ela defendeu, ainda, a criação de um Observatório da Saúde do Servidor, com o intuito de monitorar, nos estados, a evolução da pesquisa até 2015, desenvolver estudos sobre os motivos de afastamento e elaborar intervenções específicas de promoção e prevenção da saúde. “Seria uma ferramenta de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho para que possamos agir preventivamente”, resumiu.

AÇÕES PREVENTIVAS

O chefe da Divisão de Saúde do Trabalho, Francisco Giovane, revelou as ações do Programa de Saúde do Servidor e da Servidora (Proser), da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, que também possui núcleos de acolhimento na Secretaria de Segurança Pública, na Secretaria de Educação, na Secretaria da Fazenda e no Detran. “Esses núcleos



Francisco Giovane revelou as ações do Programa de Saúde do Servidor

formam uma rede de atendimento psicológico aos servidores”, informou.

A estrutura do programa, de acordo com Francisco Giovane, ainda compreende a capacitação de gestores e promove seminários com temas diversos, como assédio moral e tabagismo.

Outra campanha em andamento é a construção de uma academia de ginástica gratuita para o funcionalismo. “Estudos indicam que a cada centavo investido na saúde do servidor, outros quatro centavos retornam. Também por isso os gestores precisam ter um olhar mais atento a essas políticas”, alertou.

Para o secretário da Administração e dos Recursos Humanos do RS, Alessandro Barcellos, é fundamental fomentar um debate sobre o que é possível fazer para melhorar a saúde do trabalhador. “Não é à toa que estamos estudando o investimento de cerca de R\$ 5 milhões em ações preventivas”, salientou Alessandro, lembrando que o Rio Grande do Sul tem uma despesa anual de R\$ 97 milhões com licenças por motivo de saúde. ■



Luciane Kozicz avaliou as causas dos afastamentos no serviço público

AUSTRÁLIA RECEBE CONSELHEIROS

Secretários do Ceará, do Rio de Janeiro, do Distrito Federal e de Alagoas trocaram experiências com autoridades Australianas sobre a modernização da gestão pública

O secretário de Estado da Administração Pública do DF, Wilmar Lacerda, discorreu sobre a missão de cooperação internacional à Austrália, que levou os conselheiros do Consad a um intercâmbio de informações entre as duas nações, entre 26 de outubro a 1º de novembro, cuja programação contemplou visitas à Sidney, Camberra e Melbourne.

Para Wilmar, também vice-presidente do Consad, conhecer o funcionalismo político deste País, que é o maior da Oceania, foi de suma importância. "Avalio que estamos absolutamente atrasados em relação ao profissionalismo da gestão e à avaliação de desempenho, e fundamentalmente em comparação com os resultados alcançados pela Austrália".

Ele salientou que o país tem uma gestão eficiente e inovadora, sendo merecidamente detentora de títulos como o de melhor qualidade de vida no planeta. Ademais, há 20 anos, exibe o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo



A comitiva brasileira comandada pelo Consad conheceu as políticas públicas do país da Oceania

– perdendo só para a Noruega –, em avaliação anual da ONU.

Eduardo Diogo, presidente do Consad, declarou que uma das prioridades do seu mandato é a realização de missões como essa. "Neste ano, conhecemos *in loco* ótimas iniciativas nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, país este que, aliás, se mostrou como uma grande referência nos aspectos mais determinantes que envolvem a gestão pública", disse o também secretário do

Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, que, para 2014, planeja consolidar mais uma rica experiência no exterior.

MELHORIAS NA ADMINISTRAÇÃO

A pedido do BID, a BB&R e a e-Stratégia Pública criaram um hot site com informações das missões de cooperação internacional realizada pelos conselheiros no Chile, nos Estados Unidos e no Canadá: www.gestaoeplanejamento.com. ■

GOVERNO GANHA DESTAQUE NO INTERIOR

Diretor de jornalismo do Governo do Rio Grande do Sul acredita na disseminação das ações do Estado por meio da produção de informações regionalizadas

O diretor de Jornalismo da Secretaria Estadual de Comunicação e Inclusão Digital do Rio Grande do Sul, Marcelo Nepomuceno, encontrou-se com os jornalistas que assessoram as Secretarias de Estado da Administração/Gestão e compõem o Grupo de Trabalho de Comunicação do Consad.

Participaram da reunião os gestores de Comunicação da Bahia, do Ceará, do Distrito Federal, do Pará, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Tocantins.

Com vasta experiência na área de comunicação social, sobretudo em órgãos governamentais, Nepomuceno revelou que sua atuação está focada

em aprofundar as relações entre o governo e a mídia do interior, com o programa "Central do Interior". "Não gostamos da ideia de concentração de mídia; preferimos a pluralidade de vozes". O programa é conduzido por três assessores de imprensa e abrange nove regionais. ■

Edição: AP Comunicação
Projeto gráfico e diagramação: DUO Design
Coordenação: Mariana Pereira
Jornalista: Paula Fonseca
Revisão: Corina Barra // Fotos: Dinarci Borges
Impressão: Coronário // Tiragem: 1.500

CONSAD
Edifício Multiempresarial
Endereço: SRTVS | quadra 701 | bloco O | entrada A | salas 128-130 | Cep: 70340-000 | Brasília - DF
Telefax: (61) 3322-5520
Secretária-executiva: Iracy Gomes
E-mail: consad@consad.org.br
Site: www.consad.org.br

PRESIDÊNCIA – Eduardo Diogo – Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará • **VICE-PRESIDÊNCIA** – Renata Vilhena – Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais • Wilmar Lacerda – Secretário de Estado da Administração Pública do Distrito Federal • **JUNTA FISCAL** – Secretária de Estado de Gestão Administrativa do Acre, Flora Valadares Coelho • Secretário de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, Giuseppe Vecchi • Secretário de Estado da Gestão e Previdência do Maranhão, Fábio Gondim • Secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas, Alexandre Lages Cavalcante • Secretário de Estado da Administração do Amapá, Agnaldo Balieiro da Gama • Secretária de Estado de Administração e Gestão do Amazonas, Lígia Abraham Fraxe Licatti • Secretário de Estado da Administração da Bahia, Edelvino da Silva Góes Filho – interino • Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, Pablo Rdonitzky • Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso, Francisco Faia • Secretária de Estado da Administração de Mato Grosso do Sul, Thie Higuchi Viegas dos Santos • Secretária de Estado da Administração do Pará, Alice Viana Soares •

Secretária de Estado da Administração da Paraíba, Livânia Maria da Silva Farias • Secretária de Estado da Administração e da Previdência do Paraná, Dinorah Botto Portugal Noga • Secretário de Estado da Administração de Pernambuco, Décio José Padilha da Cruz • Secretário de Estado da Administração do Piauí, Paulo Ivan da Silva Santos • Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins • Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, Antônio Alber da Nóbrega • Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, Alessandro Pires Barcellos • Secretário de Estado da Administração de Rondônia, Carla Mitsue Ito – superintendente • Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração de Roraima, Gerlane Baccarin • Secretário de Estado da Administração de Santa Catarina, Derly Massaud de Anunciação • Secretário de Estado de Gestão Pública de São Paulo, Davi Zaia • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Sergipe, José Macedo Sobral • Secretário de Estado da Administração de Tocantins, Lucio Mascarenhas Martins.